



Um ano de Lei de Acesso à Informação

Em maio de 2013, a Lei Nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI) - comemora o seu 1º ano de vigência no Brasil. Embora existam desafios a serem superados para a sua plena implementação por todos os Poderes e antes da federação brasileira, pode-se dizer que a LAI "pegou" e consiste em um passo a mais para o processo de aprofundamento da democracia no País.

No Poder Executivo federal, a LAI foi regulamentada pelo Decreto Nº 7.724/2012, que trouxe dispositivos relevantes para a implementação da lei, como o do fortalecimento da chamada Transparência Ativa (divulgação espontânea de informações pelos órgãos e entidades públicos). Neste

sentido, muitas iniciativas de aprimoramento da transparência foram realizadas pela Administração Pública federal neste primeiro ano, podendo ser citadas: a disponibilização de documentos da ditadura pelo Arquivo Nacional (MJ); a divulgação da remuneração dos agentes e servidores públicos federais no Portal da Transparência; a abertura de documentos produzidos entre 1964 e 1991 pelo extinto Estado Maior das Forças Armadas; a publicização pelo BACEN dos votos individuais dos diretores nas decisões do COPOM; entre outras. As principais iniciativas do Ministério do Planejamento podem ser conferidas no quadro ao lado.

Estatísticas do 1º ano de SIC/MP

Neste primeiro ano de funcionamento, o SIC/MP recebeu aproximadamente 2 mil pedidos de acesso à informação, sendo o 4º Ministério mais demandado em número de solicitações - considerando-se a Administração Pública federal direta. Atualmente, o Serviço recebe, por mês, a média de 135 pedidos e 14 recursos de 1ª instância.

O público solicitante é composto, em sua maioria, por servidores públicos; candidatos de concursos públicos; jornalistas; e organizações da sociedade civil. O tema classificado como "Assuntos funcionais" (ver gráfico a seguir) lidera as solicitações e abrange dúvidas relativas à vida funcional dos servidores. Os questionamentos feitos por jornalistas, cidadãos e organizações da sociedade civil se relacionam aos demais temas tratados pelo Ministério, como "Imóveis da União", "Gestão de pessoas" (força de trabalho do governo federal), "Orçamento", "Empresas Estatais", entre outros.

Transparência Ativa – MP

- Publicação da remuneração dos servidores e agentes públicos federais no Portal da Transparência, conforme Decreto Nº 7724/2012.
- Divulgação de informações sobre os imóveis funcionais administrados pela SPU no Portal da Transparência.
- Lançamento do "Padrão de Dados - Integração de Protocolos do Governo Federal".
- Lançamento do Portal de Dados Abertos (dados.gov.br).
- Desenvolvimento de nova ferramenta de consulta do SICONV que disponibiliza informações sobre os convênios, inclusive documentos digitalizados.
- Publicação dos Dados dos Balanços do PAC em formato aberto.
- Publicação dos Dados da Lei de Orçamento Anual (LOA) em formato aberto.
- Publicação do Relatório de Acompanhamento de Despesas de TI no Portal SIOP.
- Publicação do Relatório de Acompanhamento da Execução Orçamentária no Portal SIOP.
- Seção "Acesso à Informação" (sítios institucionais do Executivo Federal).
- Seção "Concursos" no sítio eletrônico do MP.
- Seção "Informações disponibilizadas" contendo as respostas às solicitações de maior interesse público enviadas pelo SIC.

A LAI em números

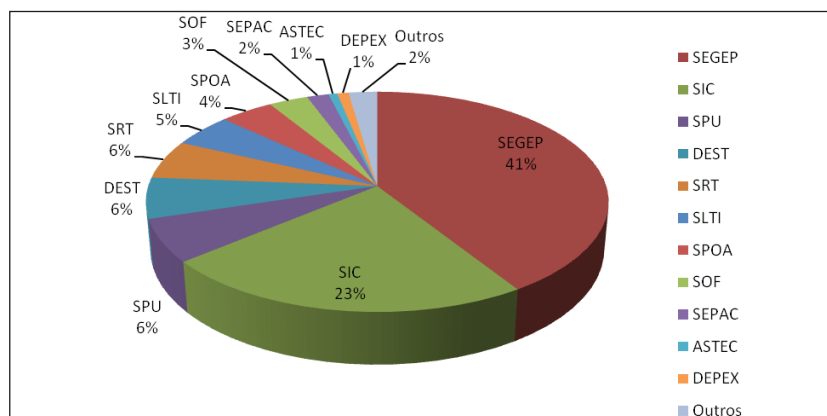
Nº total de pedidos protocolados no e-SIC:

- Governo Federal: 88 mil
- SIC/MP: 2 mil

Total de pedidos já respondidos ao solicitante:

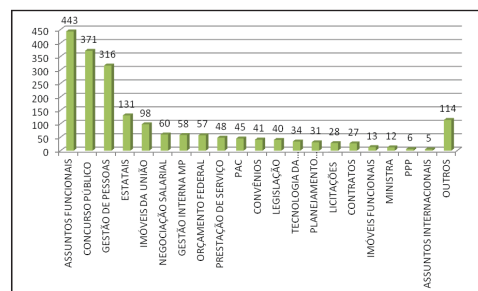
- Governo Federal: 95,77%
- SIC/MP: 95,49%

Índice de pedidos SIC-MP, por unidade administrativa



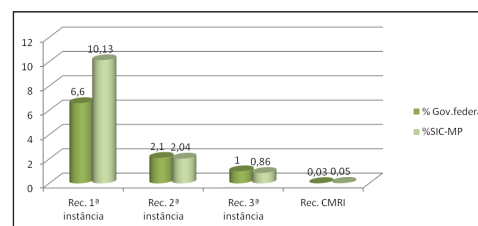
Fonte: Sistema de Demandas do SIC (SDSIC). Posição: 15/05/2013

Nº de pedidos SIC-MP, por assunto



Fonte: Sistema de Demandas do SIC (SDSIC). Posição: 15/05/2013

Recursos interpostos aos pedidos recebidos com fulcro na LAI



Fonte: Controladoria-Geral da União, sistema e-SIC. Posição: 08/05/2013

A LAI no MP

A Preparação

Os esforços preparatórios que antecederam a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação (LAI) se iniciaram no MP em dezembro de 2011, com a instituição de um Comitê Gestor, coordenado pela Secretaria Executiva, e de 8 Grupos de Trabalho.

A Autoridade de Monitoramento

A Secretária Executiva Eva Maria Cella Dal Chiavon foi nomeada como autoridade de Monitoramento da LAI no Ministério, conforme art. 40 da LAI.

O SDSIC

O MP conta com um sistema interno de trâmite de demandas recebidas pelo SIC, desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) para este fim, cujo processo de recebimento dos pedidos foi recentemente vinculado ao e-SIC, tornando automático o cadastramento dos dados pela equipe do SIC. O sistema está disponível no Portal do Software Público.

Classificação de Informações

Com vistas a atender ao disposto no Art. 45 do Decreto Nº 7.724, será publicado no sítio do Ministério o rol de informações classificadas como sigilosas pelo órgão até 1º de junho de 2013. O apoio às autoridades competentes pela clas-

Neste primeiro ano de vigência da LAI, tornou-se evidente a importância da rede de informações do órgão. O atendimento de aproximadamente 2 mil pedidos de informação deve-se à atenção, dedicação e presteza de todos os servidores envolvidos.



Treinamento da Rede de Informação LAI-MP, Outubro/2012 - Ilkens Souza/Divulgação

sificação é realizado pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos -CPADS, do MP.

A Rede de Informações

Para responder aos pedidos de informação que ainda não estivessem disponíveis na Transparência Ativa, foi instituída uma rede de informações no órgão composta por representantes de todas unidades do MP. Essa rede possui fluxo de trabalho específico e é composta por três níveis, sendo os primeiros os Pontos focais - para os quais o SIC direciona o pedido; os

segundos os Responsáveis de área, que respondem pelo assunto tratado em sua unidade de atuação; e os terceiros, os Técnicos, que auxiliarão os Responsáveis a providenciar as respostas.

Capacitações

Em 2012, dois treinamentos foram realizados, nos meses de maio e outubro, especificamente para os Pontos Focais e outros dois para os Responsáveis pelas respostas. Foi produzido ainda o Manual de Atendimento do SIC e estruturadas dezenas de respostas-modelo a pedidos recorrentes.

Parceria para o Governo Aberto (OGP)

Outro avanço realizado pelo Brasil em relação ao fortalecimento das práticas de transparência e de participação social consiste na fundação, em 2011, da Parceria para o Governo Aberto (da sigla OGP, no idioma inglês). Iniciativa internacional co-presidida pelo Brasil, a OGP já conta com a adesão de 60 países, tendo construído dois Planos de Ações que contaram com a participação da sociedade civil organizada.

Entre as realizações do MP em relação ao 1º Plano de Ações da OGP, podem-se mencionar a criação da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos e o lançamento do Portal dados.gov.br. O 2º Plano de Ações encontra-se em elaboração e já tem 45 compromissos aprovados (confira no box aqueles específicos do MP), dos quais 15 consistem em proposições da sociedade civil.

Compromissos MP – 2º Plano de Ações da OGP

- Implantação de Metodologia de Participação Social no Monitoramento do PPA e na elaboração do orçamento público federal.
- Abertura dos dados da execução do orçamento da União e das compras governamentais.
- Disseminação da cultura de abertura de dados públicos junto a governos locais.
- Tecnologias de suporte e modelos de licenciamento para a publicação de dados abertos.
- Proposta de disponibilização de informações dos sistemas governamentais em formatos de dados abertos

As formas pelas quais o SIC/MP recebe pedidos de informações são:

- Sistema e-SIC (www.acessoainformacao.gov.br/sistema);
- Presencialmente (Esplanada dos Ministérios, Bl. K, Sala T-31);
- Correspondência física (para o endereço supramencionado).

Orientações e dúvidas sobre os atendimentos:

Tel.: 2020-5560 / Email: sic@planejamento.gov.br

Este boletim informativo é produzido pela equipe do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) – Leonilda M. Pereira Parente, Lilian Ribeiro de Sousa (apoio), Nádia Lopes Cerqueira, Aline Zero Soares (coordenadora) e Lorena Barbosa do Nascimento (estagiária) e Publicidade - ASCOM.